

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL UMA EXPERIÊNCIA E UM CAMINHO PARA UMA FORMAÇÃO EFICAZ

Maria do Carmo de Oliveira Nogueira (UNIPAR)
Maria Sônia M. de V. Azevedo (G/UNIPAR)
Renata Trevejo Marchiore Sutile (G/UNIPAR)
Nádia Cristiane Valentim Mardegan (G/UNIPAR)
Nadielly de Angeli (G/UNIPAR)

RESUMO: O presente artigo trata de uma experiência vivida pelas alunas de graduação do Curso de Pedagogia em relação à gestão escolar, mais especificamente ao trato diferenciado do trabalho de Orientação Educacional que se apresentou de forma comprometida em relação à outros profissionais observados, que servirá como leitura relevante a todos os profissionais da educação comprometidos com o processo educativo e escolar e que desejam que o cenário educacional sofra uma transformação qualitativa. No primeiro momento este estudo se propõe a discutir como a gestão escolar democrática e comprometida pode resultar numa administração escolar co-participativa e eficiente. A seguir trataremos de uma experiência observada na prática do estágio supervisionado de Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, de alguns pontos e contrapontos e de alguns resultados de situações positivas surgidas na atuação prática de uma orientadora educacional comprometida com o processo de ensino. E finalmente explanaremos a visão do trabalho pedagógico com qualidade e a melhoria do desempenho geral dos alunos.

PALAVRAS CHAVES: Gestão escolar, comprometimento profissional com o processo de ensino-aprendizagem, melhoria da qualidade da educação.

ABSTRACT: The present article treats of an experience lived by the students of graduation of the Course of Pedagogy in relation to the school administration, more specifically to the differentiated treatment of the work of training that came in a committed way in relation to the other observed professionals, that it will serve as relevant reading the all the professionals of the education committed with the educational and school process and that you/they want the education scenery to suffer a qualitative transformation. In the first moment this study intends to discuss as the democratic school administration and committed can result in a school administration co-participativa and efficient. To proceed we will treat of an experience observed in practice of the supervised apprenticeship of Structure and Operation of the Basic Education, of some points and counterpoints and of some results of positive situations appeared in an education advisor's practical performance committed with the teaching process. It is finally will explain the vision of the pedagogic work with quality and the improvement of the students' general acting.

KEY-WORDS: school Administration, professional compromising with the teaching-learning process, improvement of the quality of the education.

INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro, hoje, nos apresenta marcas de grandes contradições nos aspectos de qualidade do ensino - aprendizagem em contraposição aos trabalhos dos seus gestores que ainda, mantém algum ranço do sistema de ensino do período militarista, onde o território do poder, dos mandos e desmandos era incontestável, e que foram e são modificados pelas práticas pedagógicas de mudanças no sentido de permitir e possibilitar parcerias na condução deste processo educacional em constante transformação, pois cabe a escola possibilitar melhorias na sociedade, através da melhoria dos cidadãos.

Para a realização deste artigo, partimos de observações e vivências adquiridas no estágio supervisionado, onde após discussão, houve a definição consensual dos aspectos que mais inquietaram esta trajetória acadêmica, promovendo, para nosso aprofundamento de estudos um levantamento de material bibliográfico. Em seguida, selecionamos bibliografia específica na área de orientação educacional e a relacionamos ao tema de gestão escolar comprometida e democrática, complementadas com análise dos fatos relevantes acontecidos na observação inicial do estágio em comparação com atuações positivas e negativas das ações observadas de alguns gestores.

A expectativa das autoras deste artigo, é suscitar maiores indagações e discussões de outros colegas de curso e outros professores, sobre os caminhos de uma gestão escolar mais democrática.

Diante das realidades observadas no período de realização do estágio supervisionado da disciplina de Estrutura da Educação Básica, encontramos situações onde apresentou-se nos pontos e contrapontos em relação a atuação dos profissionais da educação e, o que nos surpreendeu e nos inquietou foi verificar a realidade vivida por profissionais comprometidos em relação a outros não tão comprometidos com o processo educacional, promovendo contradições ao que havíamos estudado. Assim, em nossa investigação, surgiu uma indagação: ainda poderemos acreditar que é possível a realização de um trabalho de gestão escolar adequado, eficaz e que promova o engajamento e a integração do aluno no universo escolar e comunitário?

O presente artigo tem como objetivo, primeiramente discutir situações observadas nas práticas dos orientadores educacionais e outros gestores escolares nas instituições de ensino *locus vivendi* do estágio supervisionado. Num segundo momento nosso objetivo é destacar a atuação de uma orientadora educacional comprometida com sua escola e sua comunidade, demonstraremos também, situações as quais seu

engajamento fez a diferença em uma escola da rede pública estadual, em sua comunidade circunvizinha e principalmente em seu município, em relação a outros profissionais não tão comprometidos.

Finalmente nos propomos demonstrar que, apesar das dificuldades apresentadas no cenário escolar visitado, há possibilidades de realização de um trabalho eficiente e de qualidade, e que combinados em ações coletivas poderão gerar melhorias na qualidade da educação e principalmente na formação para a cidadania.

A educação brasileira, em sua condução da organização institucional, partiu de uma administração autocrática e centralizadora que prevaleceu até a promulgação da constituição de 1988, onde permaneceram alguns resquícios, ainda hoje, dessa prática autoritária em relação a centralidade do poder administrativo, dentro e fora do sistema escolar. A constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, provocou mudanças e avanços em relação as legislações de anteriores e, principalmente em relação às legislações do ensino (LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), garantindo assim, no artigo 206 da C.F., inciso IV: a gestão democrática no ensino público, a qualidade do ensino em todos os níveis, favorecendo uma autonomia para a criação e inovação da proposta político pedagógica das instituições publicas, respeitando os princípios nacionais estabelecidos, porém, adequando-as às suas realidades, favorecendo assim, um melhor desempenho geral dos professores e alunos.

As mudanças não significaram a transformação total e imediata da Educação. Esse é um processo gradual e lento, que exige uma série de outras transformações em nível social, político e principalmente econômico com a valorização do magistério. O longo período de ditadura militar, prejudicou imensamente o desenvolvimento da educação no Brasil, na medida em que coibiu a participação democrática no planejamento e execução das diretrizes educacionais.

O conceito de prática democrática precisa ser compreendido dentro das instituições de ensino, para que haja um efetivo processo de gestão democrática, pois, na maioria dos casos, a interpretação é parcial e reduzida a somente uma forma de escolha do diretor ou de outros membros da equipe através do processo eletivo. Sem dúvida, esse aspecto faz parte da gestão democrática, mas ela vai mais além desse processo eletivo, ela deve gerar responsabilidade e comprometimento. A gestão democrática compreende um processo pedagógico construído no decorrer do processo político e cultural da escola, onde os esforços são direcionados com o objetivo de fazer a “família escolar” se tornar produtora, em busca de soluções eficazes para problemas apresentados e, o aproveitamento da capacidade individual na promoção de relações harmoniosas entre os membros, a descentralização de tarefas abrindo espaços para que todos possam propor soluções e acima de tudo, amar o que se faz, acreditando ser a educação um processo que transforma o ser.

Partindo dessa visão de gestão democrática, destacamos nas instituições visitadas e no desenvolvimento da prática do estágio supervisionado na disciplina de Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, em relação aos pontos e contrapontos da qualidade dos profissionais comprometidos e outros que não demonstraram assumir sua função profissional pedagógica para, efetivamente comprometer-se

com o processo educacional. Desta forma, destacamos dois artigos do Código de Ética do Orientador Educacional, para em seguida demonstrarmos algumas atitudes desempenhadas de uma profissional desta área, que nos chamou a atenção pela sua qualidade.

No Artigo 8.º do código de ética encontramos atribuições privativas do Orientador Educacional: planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional (SOE) ao nível da 1.ª instância que é a escola, e a 2.ª que é a comunidade; planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do serviço público Federal, Estadual, Municipal e autárquico; das sociedades de economia mista, empresas estatais, paraestatais e privadas; coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-a no processo educativo global; coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando; coordenar o processo de informação educacional e profissional com vistas à orientação vocacional; sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando; sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial; coordenar o acompanhamento pós-escolar; ministrar disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino; supervisionar estágios na área de Orientação Educacional; emitir pareceres sobre matérias concernente à Orientação Educacional. No Artigo 9.º do código de ética, destaca-se ainda outras competências do Orientador Educacional, com as seguintes atribuições: participar no processo de identificação das características básicas da comunidade; participar no processo de caracterização da clientela escolar; participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola; participar na composição e acompanhamento de turmas e grupos; participar do processo de avaliação dos alunos; participar no processo de encaminhamento dos alunos estagiários; participar no processo de integração escola-família-comunidade; realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional.

A relevância dada e destacada de algumas das atitudes da orientadora educacional da escola pública estadual, que nos chamou à atenção, principalmente porque conhecemos sua realidade de trabalho, é que apesar de conviver em uma realidade carente de recursos financeiros, humanos e materiais, sua atuação está embasada em uma proposta democrática, onde além de cumprir as funções que lhe cabe como orientadora: possui uma preocupação de desenvolvimento holístico em relação à aprendizagem dos alunos das instituições de ensino que atua; busca sempre a parceria e a integração das famílias, escola e comunidade no sentido de promover a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, através de encontros e eventos; busca recursos financeiros de empresas locais de sua comunidade e região para suprir as carências apresentadas pela escola em que trabalha; desenvolve um trabalho de integração com o corpo discente, docente e administrativo onde o diálogo flui de maneira amistosa e harmoniosa; promove projetos dentro de sua área de atuação, além de compartilhar e se co-responsabilizar com outros projetos desenvolvidos na escola em outras áreas; desenvolve projetos que busca promover a escola e a cidade

onde atua, como: folderes bilíngüe dos pontos turísticos da cidade com a participação e pesquisa dos alunos da escola, promove distribuição de folhetos educativos e informativos (sobre alcoolismo, problemas com o uso de drogas, aids e sexualidade, violência, entre outros), confeccionados pelos alunos com parcerias das empresas locais;

Tais ações são algumas das observadas, e ainda, percebemos que é posto em prática toda a fundamentação em que acredita, em uma visão holística onde sua atenção está centrada no desenvolvimento humano em todos os seus aspectos: físicos, sociais, afetivo-emocional, espiritual, cultural, financeiro e político, e em suas reuniões pedagógicas tem uma conduta diferenciada, onde há harmonia, amorosidade, integração, tolerância, respeito às opiniões, diversidade, e diferenças possibilitando a este ambiente escolar “ser um diferencial” no sistema escolar de ensino desta cidade, causando o desejo de estudar por parte de muitos alunos, e o desejo de se trabalhar lá por parte de outros professores que a ela não pertence.

Essa pessoa que primeiro se perguntava “que posso eu fazer pelos meus alunos?” e que antes reflete “por que mr faço esse questionamento?”, pois bem... essa pessoa vai se clareando em si mesma. Vai ficando clara a natureza política dessa pergunta-questionamento. Vai ficando clara a natureza política dessa profissão. Pois esse(a) professor(a) atua dentro de formas culturais diferentes. Ele(a) trabalha dentro de características e interesses culturais que não são iguais. Às vezes, no mesmo grupo de crianças, 20 são de periferia, 10 se originam de favela e 10 poderiam ser de classe média. Pois bem... esse(a) profissional está lidando com diferentes concepções de vida e ele(a) trabalha com conteúdos e padrões de conhecimentos que não serão apreendidos de forma igual entre seus alunos. Esse(a) professor(a) está fazendo política. Não no sentido partidário. Esse(a) profissional vai se clareando: a sua própria opção. Ou seja, vai ficando claro que aí estão em jogo (dentro da classe) diferentes experiências de vida cultural. E não há por que declararmos que uma seja superior a outra ... (FREIRE, 1993, p.47 -48)

Segundo Freire (1993), uma escola democrática e para a liberdade deve dar espaço e possibilidades para as vozes dos atores educacionais, possibilitando construção de caminhos pela própria vivência e experiência.

Em contrapartida, nas outras instituições visitadas, houve a possibilidade de se observar outras formas de gerir o processo escolar, aspectos de uma preocupação não centrada no desenvolvimento integral dos alunos, mas posturas centradas nos aspectos cognitivos, não no processo de construção do conhecimento, mas simplesmente uma direção voltada para uma apropriação “bancária” do conhecimento, onde os alunos devem funcionar como receptores passivos dos saberes que os professores depositam, apoiados pelo desejo e afã dos gestores de promoção da escola nos processos de vestibular, sem preocupação de aproveitamento experiências anteriores dos alunos.

Em conseqüência do trabalho daquele perfil profissional observado, verificamos que tais posturas se

encontram na contra-mão da história, e dos conceitos formados por muitos educadores renomados, onde percebemos que muitos gestores ainda compactuam com a postura descrita acima, na medida em que se mantém passivas ou que aquelas atitudes facilitem seus trabalho de condução laissez-faire e/ou autocrata, dificultando o engajamento e a integração de toda a comunidade educacional, não promovendo a qualidade da educação proposta pela LDB n.º 9394/96.

Mediante essa dicotomia, compreendemos que uma gestão democrática e participativa é um processo árduo, que se constrói paulatinamente, na modificação e apropriação primaz de posturas pessoais e profissionais, isto é, faz-se necessário primeiro a mudança de um comportamento individualista, para posteriormente poder adquirir uma aprendizagem de trabalho coletivo e respeito mútuo, para o desenvolvimento de uma trama educacional mais abrangente do trabalho democrático, possibilitando o envolvimento de todos os agentes educativos e sociais. Desta maneira, a escola se apresentará democrática quando, seus profissionais estiverem comprometidos com sua essência pedagógica atendendo aos anseios da sociedade e a relação estabelecida com os mesmos, quando proporciona co-participação nas decisões didático-pedagógicas, administrativas e, principalmente quando sua meta precípua é a formação da cidadania.

A qualidade e eficiência do processo educacional está intimamente relacionado a gestão democrática e participativa, onde cada membro da comunidade escolar precisa estar comprometido e envolvido, buscando a divisão de tarefas entre os atores escolares, a participação de toda comunidade na tomada de decisões e análises das dificuldades e problemas da instituição de ensino. Tal circunstância, exige um trabalho de eterno pensar, refletir e construir, todos fundamentados por uma postura ética.

Trabalhar com crianças e adolescentes de maneira responsável e comprometida do ponto de vista ético, significa proporcionar as aprendizagens de conteúdos e desenvolvimento das capacidades e habilidades para que possam intervir e transformar as comunidades as quais fazem parte, ampliando sua capacitação de julgamento e consciência moral e reflexiva, possibilitar o enfrentamento de desafios do processo de ensino-aprendizagem, das problematizações advindas das ações e relações, dos valores e regras que norteiam o trabalho pedagógico e social.

A verdadeira educação não só consiste em promover a apreensão de conhecimentos e da realidade ao ensinar a pensar, mas também, em aprender a pensar sobre o processo de conhecimento num constante movimento reflexivo, assim, os artigos 1.º e 2.º da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) diz: que a educação é um processo amplo e que deve acontecer sob a responsabilidade da família, do estado e da sociedade.

Destarte, ao se apresentar a ética na escola, há a intenção de se realizar uma educação moral na perspectiva do desenvolvimento da capacidade de autonomia das crianças e jovens com quem se trabalha, demonstrar também, que todas as instâncias da vida social e escolar entre outras, têm uma dimensão moral, isto é, precisa possuir critérios, valores e estabelecer relações hierárquicas entre valores para se viver em comunidade, pois o cotidiano coloca clara e

constantemente essa necessidade. Assim, cada profissional atuante na comunidade escolar, deve ter bem clara sua função e atuação para que cada um desenvolva bem sua parte no processo, pois diante dos conflitos das questões complexas percebem-se os limites das respostas oferecidas pela moral e a necessidade de problematizar respostas, verificando a consistência de seus fundamentos. E aí sim, se os profissionais escolares assumem tais possibilidades, essas condutas são apreendidas pelas crianças e jovens, pois a aprendizagem maior da democracia se dá pelo exemplo.

Uma escola que apresenta uma equipe técnico-pedagógica conhecedora de suas funções, das normas que regem o ensino e das legislações da educação, realizará um trabalho eficiente e de qualidade, pois se engajaram no processo, assumindo e cumprindo seus deveres e direitos.

Considerações Finais

Neste estudo e análise da prática do estágio, e neste levantamento bibliográfico nos questionamos, se essa orientadora educacional, com todas as mazelas que o cenário educacional brasileiro está passando, com todas as dificuldades encontradas, conseguiu desenvolver um trabalho de qualidade e provocou o envolvimento dos alunos, da comunidade escolar e social; outros profissionais da gestão escolar apresentando o mesmo padrão de atuação, poderiam também, modificar as suas realidades, assim promovendo mudanças e melhorias na educação como um todo? Sim, poderiam, o que verificamos é que faltam profissionais comprometidos e abertos ao enfrentamento de problemas, o que falta é a valorização do magistério por parte das autoridades educacionais e políticas, e mais ainda, falta vontade social para modificar situações.

Portanto, concluímos ser possível a realização de um trabalho eficiente e de qualidade no cenário escolar brasileiro, desde que a gestão democrática e participativa seja encarada, vivida e aprendida com comprometimento de todos os membros das comunidades escolares e sociais, tendo como objetivo principal o pleno desenvolvimento do aluno crianças e jovens, onde as dificuldades não sejam vistas como obstáculos intransponíveis, mas como desafios a serem vencidos com organização, planejamento e participação coletiva.

Percebemos também, que esse assunto não está esgotado e suscita novas discussões, leituras e aprofundamentos científicos no âmbito educacional, pois a sociedade está em constante transformação e, desta forma, atores escolares e sociais devem estar abertos às possibilidades de mudança para a melhoria de sua formação pessoal, social

como prática constante em sua ensinagem e no exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAMI, Daise Costa **Coordenação Pedagógica** Citação de Referência e documentos eletrônicos. Disponível em: <http://www.ciadaescola.com.br/artigos/resultado.asp?categoria=53&código=13>. Acesso em: 10/10/2003 às 20h15min.

DEMO, Pedro **A nova LDB – ranços e avanços**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997. – (Coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico).

GESTÃO EM REDE **A gestão é de todos**. A escola é feliz, junho / julho, 2001, n.º 29, ed. Consed, p. 09 – 10.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini PENTEADO, Wilma Millan Alves **Orientação Educacional na prática: princípios, técnicas, instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

FONSECA, Dirce Mendes da **Gesta em Educação** In: Gestão em Rede, setembro, 2001, n.º 31, ed. Consed, p. 14-18.

FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano **Que fazer: teoria e Prática em Educação Popular**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

MEDEIROS MACHADO, Maria Aglaê de **Políticas e Práticas Integradas da Formação de Gestores Educacionais**. In: Gestão em Rede, Dezembro, 1998, n.º 12, ed. Consed, p. 11-16.

MENEZES, João Gualberto de Carvalho et. al. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. São Paulo: Pioneira, 1998.

P.G. **Equipe que trabalha unida...** In: Nova Escola – Revista do Professor, Abril, 2002, Ano XVII, ed. Abril, n.º 151, p. 52-53.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro e RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (orgs.) **Escola: Espaço do projeto Político-Pedagógico**. Campinas – SP: Papyrus, 1998 - (Coleção Magistério – Formação e trabalho pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (org.) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção Possível**. Campinas – SP: Papyrus, 1995 - (Coleção Magistério – Formação e trabalho pedagógico).